

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

Os Presidentes da República Argentina, Mauricio Macri; da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro; da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez; e da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez Rosas, Estados Partes do MERCOSUL, e o Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales Ayma; o Presidente da República do Chile, Sebastián Piñera Echenique; e as altas autoridades dos Estados Associados, reunidos em Santa Fé, em 17 de julho de 2019, por ocasião da LIV Cúpula de Presidentes do MERCOSUL,

Ressaltaram que a plena vigência das instituições democráticas e a observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais são condições essenciais para o processo de integração regional.

Reafirmaram seu firme compromisso com a prevenção e a luta contra a corrupção e sua vontade de fortalecer a cooperação regional para a erradicação desse flagelo.

Ratificaram o compromisso da América Latina e do Caribe como zona de paz, baseada no respeito ao Direito Internacional e nos princípios e propósitos da Carta da Organização das Nações Unidas.

Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento da integração regional para contribuir com o desenvolvimento econômico e social, a melhoria da qualidade de vida e a erradicação da fome e da pobreza na região, em concordância com a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Destacaram os avanços alcançados neste período nos diferentes foros da dimensão política, social e cidadã do MERCOSUL, em torno de quatro eixos temáticos: pobreza e brechas de desigualdade; segurança alimentar e nutricional; proteção integral de crianças na primeira infância e inclusão produtiva e laboral, a partir da economia social e solidária.

Reiteraram o compromisso do MERCOSUL com a Agenda 2030 e a colocação em prática de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e tomaram nota com satisfação dos trabalhos das diferentes instâncias com relevância para a Agenda 2030.

Reconheceram a importância da educação como fator de desenvolvimento econômico e social e valorizaram a assinatura do Convênio de Administração com a CAF, para a gestão do Fundo Educacional do MERCOSUL. A mobilidade estudantil é um dos fatores que contribuirão à formação de uma identidade regional.

Celebraram a realização do II Seminário Internacional de Boas Práticas da Primeira Infância, em 13 de junho de 2019, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, República Argentina, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e do Seminário "Reconhecimento de Títulos Universitários e Exercício Profissional no MERCOSUL", em 24 de maio passado, em Buenos Aires, no qual se reiterou a importância de avançar em medidas regionais para impulsionar iniciativas que tornem realidade a mobilidade e o exercício profissional na região.

Destacaram os significativos avanços do Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL 2016-2020, que está em concordância com as prioridades da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente com os ODS 3, 4 e 8.

Consideraram fundamental avançar na adoção de medidas concretas para facilitar a mobilidade de artistas e a livre circulação de bens e serviços culturais, como propõem os Ministros da Cultura do MERCOSUL.

Felicitaram a República Argentina pelo encontro de Indústrias Culturais (MICA), realizado no presente ano, e celebraram a decisão dos Ministros da Cultura de reativar o Mercado de Indústrias Culturais do Sul (MICSUL), que terá como próxima sede o Uruguai, em 2020. Também destacaram a importância do trabalho realizado na geração de informação cultural para o desenho e a implementação de políticas públicas.

Destacaram os progressos alcançados na aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, com base no Plano de Ação de Puerto Vallarta. Nesse âmbito, elogiaram os esforços tendentes a impulsionar as sinergias, a articulação e a complementariedade das agendas culturais do MERCOSUL e da Aliança do Pacífico.

Destacaram a realização da reunião de especialistas da América do Sul sobre proteção dos bens culturais, pela relevância que a região atribui ao combate ao tráfico ilícito de bens culturais, no entendimento de que a proteção do patrimônio cultural é fundamental para preservar nosso acervo cultural, que nos identifica como região.

Celebraram a publicação da segunda edição dos Cadernos da Diversidade, relativos às experiências culturais locais desenvolvidas por mulheres e para mulheres, a continuidade das capacitações virtuais em matéria de diversidade cultural e saudaram a proclamação pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 2019 como “Ano Internacional das Línguas Indígenas”.

Sublinharam a realização da XXXIII Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH) e instaram-na a continuar coordenando políticas públicas e iniciativas em matéria de direitos humanos para a região.

Ratificaram a necessidade de garantir o respeito aos direitos humanos dos migrantes, independentemente de sua condição migratória, nacionalidade, origem étnica, gênero, idade ou qualquer outra consideração, estimulando para tanto a implementação de mecanismos de cooperação em matéria de política migratória. Nesse sentido, celebraram a aprovação do “Acordo Operativo para a Implementação de Mecanismos de Intercâmbio de Informação Migratória entre os Estados Partes do MERCOSUL”, que facilitará a mobilidade das pessoas, agilizará o trânsito fronteiriço, reduzirá os requisitos documentais requeridos aos cidadãos sul-americanos para trâmite de residência na região.

Receberam, com beneplácito, a aprovação do “Acordo sobre o Mecanismo de Cooperação Consular entre os Estados Partes do MERCOSUL e os Estados Associados”, no âmbito da Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL e Estados Associados. Esse acordo aprofundará, ampliará e atualizará a cooperação e o apoio recíproco

em matéria consular, com o objetivo de que os nacionais do MERCOSUL possam ter acesso à proteção e à assistência da representação consular de um dos Estados Partes no território de um terceiro Estado, caso não exista ali representação consular do Estado de sua nacionalidade.

Destacaram o trabalho realizado pelas Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) em matéria de gênero e tráfico de pessoas e tomaram nota da aprovação das “Recomendações Estratégicas para a Incorporação da Perspectiva Étnico-Racial nas Políticas de Gênero do MERCOSUL”, bem como da Campanha “Escute Nossas Vozes”, para as redes sociais de visibilidade das contribuições das mulheres afrodescendentes e mulheres indígenas do MERCOSUL. Também destacaram a adoção da recomendação para a criação de um Mecanismo Regional de Reconhecimento Mútuo de Medidas de Proteção para as mulheres vítimas de violência.

Saudaram a assinatura do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Obrigações Alimentares Internacionais” no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL e Estados Associados (RMJ).

Reiteraram seu firme compromisso com a promoção e a proteção dos direitos dos povos indígenas, ressaltando as ações que se impulsionam na Reunião de Autoridades sobre Direitos dos Povos Indígenas (RAPIM), para promover sua interconexão cultural, social, econômica, política e institucional no âmbito do processo de integração regional. Também comprometeram-se a trabalhar juntamente com os povos indígenas, a fim de implementar medidas para a preservação, a transmissão e o desenvolvimento de seus sistemas de conhecimento.

Reafirmaram a importância de continuar implementando o Plano de Ação do Decênio Internacional das Pessoas Afrodescendentes, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (2015-2024), bem como incorporar na rodada de Censos Nacionais a pergunta de auto-identificação afrodescendente.

Instaram os espaços internacionais a fortalecer os diversos coletivos que abordam e trabalham a temática afrodescendente e de equidade racial na região, para fomentar boas práticas na luta contra o racismo e a discriminação racial, garantindo o acesso à justiça, o reconhecimento de nossas comunidades e o desenvolvimento social e econômico das populações afrodescendentes.

Destacaram os resultados da XLII Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados, que reafirma a importância de realizar maiores esforços para incluir a perspectiva da saúde nas políticas públicas, contribuindo com a proteção da saúde e reduzindo o impacto das doenças não transmissíveis entre os habitantes do MERCOSUL.

Tomaram nota da iniciativa da XXII Reunião de Ministros de Meio Ambiente, que ressalta a importância de abordar a Agenda Ambiental do MERCOSUL como contribuição à Agenda Ambiental Internacional, em cumprimento da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e, nesse sentido, acompanha a celebração da Semana do Clima, a realizar-se de 19 a 23 de agosto na cidade de Salvador, República Federativa do Brasil.

Reafirmaram seu compromisso com a implementação de suas contribuições determinadas em nível nacional e continuarão dialogando sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a

Mudança Climática e o Acordo de Paris, visando a contribuir com o progresso das negociações e com o cumprimento dos objetivos destes Acordos. Nesse sentido, manifestaram seu apoio ao Chile como Presidência da 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (COP25) e reiteraram que trabalharão construtivamente na próxima rodada de negociações.

Destacaram a relevância de trabalhar coordenadamente na redução do Risco de Desastres e na Assistência Humanitária na região, conforme as prioridades estabelecidas no Marco de Sendai 2015-2030. Nesse contexto, ressaltaram o trabalho realizado pela Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR), vinculada com a aprovação da Estratégia de Gestão do Risco de Desastres dos Países do MERCOSUL, a integração da Comissão Técnica de Serviços Hidrometeorológicos (CTSH) à RMAGIR, bem como o processo de cooperação que esse grupo vem realizando com o Comitê Andino para a Prevenção e Atendimento de Desastres (CAPRADE).

Reiteraram seu compromisso com a prevenção, o combate e a erradicação da fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, suas partes, munições, explosivos e outros materiais afins e enfatizaram a importância de continuar fortalecendo a cooperação regional com o objetivo de implementar políticas, estratégias e programas comuns para fomentar o intercâmbio de informação e boas práticas entre os países.

Receberam, com beneplácito, a Recomendação sobre “A Autonomia da Defensoria Pública Oficial como garantia de acesso à justiça das pessoas em situação de vulnerabilidade” e comprometeram-se a incentivar e fortalecer a independência técnica, a autonomia funcional e a autarquia financeira das Defensorias Públicas Oficiais, para que possam exercer plenamente suas funções.

Assinalaram a importância da Declaração da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL e Estados Associados sobre a criação de uma Rede de Cooperação Penitenciária (REDCOPEN) e encorajaram sua pronta implementação para contribuir com o fortalecimento da luta contra o crime organizado.

Destacaram as recomendações dos Ministros do Interior e de Segurança, destinadas a combater o crime organizado na região e a aumentar a segurança, como o Acordo Operativo para a Implementação de Mecanismos de Intercâmbio de informação Migratória e a declaração para a criação do “Dia da Segurança Cidadã para a Prevenção do Crime e da Violência do MERCOSUL”.

Reiteraram sua condenação contra o mais grave atentado terrorista transnacional ocorrido na região, praticado há 25 anos na Sede da Associação Mutualista Israelita Argentina (AMIA) em Buenos Aires, e reafirmaram seu compromisso em matéria de cooperação jurídica internacional com respeito à investigação judicial em curso.

Reafirmaram seu compromisso com a luta contra o terrorismo e acordaram continuar aprofundando o acompanhamento e a análise dos acontecimentos e tendências vinculadas com o terrorismo e seus delitos conexos na região, por meio de organismos regionais como o Foro Especializado contra o Terrorismo do MERCOSUL (FET), dentro do absoluto respeito pelo direito internacional e segundo a Estratégia das Nações Unidas contra o Terrorismo.

Renovaram seu compromisso conjunto de abordar eficazmente o problema mundial das drogas, de forma ampla, integral e equilibrada, nos foros regionais como a Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas (RED), sob o princípio da responsabilidade comum e compartilhada e no âmbito do pleno respeito pelos Direitos Humanos.

Manifestaram seu total compromisso e cooperação regional com a luta contra o crime organizado transnacional e seu apoio à efetiva implementação do Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do MERCOSUL (SISME), que permitirá o intercâmbio rápido e seguro de informações sobre pessoas requeridas judicialmente, a apreensão de veículos automotores e de armas entre os respectivos órgãos de segurança dos Estados Partes e Associados.

Comprometeram-se a continuar impulsionando a integração fronteiriça em todos os seus âmbitos: educação, saúde, trabalho, segurança, acesso à justiça, entre outros, privilegiando as regiões fronteiriças como espaço de intercâmbio cultural, social e econômico entre os povos. Especialmente, valorizaram os esforços realizados para assinar o Acordo de Localidades Fronteiriças vinculadas do MERCOSUL.

Saudaram os 50 anos do Acordo de Cartagena e a Comunidade Andina e destacaram as conquistas e objetivos estratégicos alcançados nesse meio século de existência, bem como sua contribuição ao fortalecimento do processo de integração sub regional.

Destacaram a assinatura da Declaração Especial do Conselho Presidencial Andino sobre o uso de novas tecnologias e o domínio de primeiro nível “amazon”, tendo em conta a preocupação pela recente decisão do Conselho Diretor da Corporação da Internet para a Atribuição de Nomes e Números (ICANN), que viabiliza a delegação do domínio de nível superior “amazon” à empresa Amazon Inc. no regime de exclusividade, em que pese a oposição dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Valorizaram o esforço realizado pelo governo colombiano em implementar o Acordo Final para o Fim do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura e seu compromisso diante da superação da violência e da construção de maiores níveis de convivência e progresso social e tomaram nota da política “Paz com Legalidade”.

Reafirmaram os termos da “Declaração sobre as Malvinas”, assinada em 25 de junho de 1996 em Potrero de los Funes, República Argentina, pelos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile e reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa da soberania relativa à Questão das Ilhas Malvinas. Destacando a plena disposição mostrada pelo governo argentino, saudaram o clima de cooperação alcançado e os avanços conseguidos em diversas áreas e chamaram a aprofundar o diálogo existente a fim de retomar as negociações que permitam encontrar uma solução definitiva para a disputa de soberania.